

# Trocar os óculos ou os olhos

Adilson de Oliveira

A partir da crise iraniana, começou a se desenhar um quadro bastante sombrio para a economia brasileira, que vinha de um longo período de crescimento econômico. A balança comercial passou a ser largamente deficitária, seja devido ao incremento do preço do petróleo, seja devido à deterioração do preço de nossos produtos de exportação. O tradicional déficit de serviços sofreu enorme incremento com o crescimento desmesurado da taxa de juros no mercado internacional devido à política míope de endividamento externo, que foi seguida desde meados dos anos 60. Nessa situação, o equilíbrio no balanço de pagamentos só poderia ser conseguido através da obtenção continuada de créditos junto ao sistema financeiro internacional ou através de uma drástica modificação na balança comercial.

O primeiro caminho, utilizado como estratégia de financiamento dos projetos-impacto do Brasil-Potência, foi trilhado por mais de uma década e levou a dívida externa brasileira a um tal nível que a tornou praticamente impagável. A relutância que os banqueiros internacionais vinham demonstrando em seguir oferecendo créditos ao Brasil se transformou em clara negativa a partir da declaração de "défaut" por parte do governo mexicano em setembro de 82. A modificação nas relações de trocas comerciais do país com o exterior se tornou inevitável.

O governo já tinha esboçado modificações nessas relações quando decretou, em dezembro de 1979, uma maxidesvalorização do cruzeiro e iniciou o processo recessivo que ora vivemos. A sociedade brasileira, contudo, vivia um processo de mutação política, no qual setores sociais marginalizados que, por quase duas décadas, tiveram sua voz calada, reivindicavam sua parcela do "bolo". A tentativa de repassar a maior parte do custo do

ajustamento externo para esses setores através da recessão enfrentou, portanto, resistências significativas. Os diversos segmentos sociais começaram a se estruturar para oferecer ao estrangulamento externo uma outra saída; isto é, uma saída que tomasse em conta menos os interesses dos banqueiros internacionais e mais os interesses da Nação Brasileira. A intempestiva e sinuosa ida do governo brasileiro ao FMI foi um golpe nesse processo.

Visando obter saldos comerciais significativos a curto prazo, o FMI propôs sua amarga e já tradicional receita — a recessão. A Nação Brasileira, que já havia sinalizado ao governo seu repúdio a essa terapêutica, se vê agora face-a-face com credores externos, que passaram a orientar a política econômica do país sem maiores conhecimentos da nossa realidade. Esta constatação se torna evidente quando se analisa a política, imposta pelo FMI, de corte indiscriminado dos investimentos públicos.

Esta política tem como objetivo reduzir o nível da demanda global e, com esta, o nível das importações, que produz a curto prazo o desejado saldo na balança comercial. É preciso, no entanto, distinguir entre os resultados de *curto* e os de *longo* prazo.

Ao cortar indiscriminadamente os investimentos públicos, estão sendo cortados também os investimentos na exploração e na produção de petróleo no país, dado que, por força legal, esta atividade é um *monopólio da União*. O número de sondas de perfuração em uso pela Petrobrás foi reduzido de 96 em 1982 para 76 neste ano. A metragem de perfuração permaneceu estagnada entre 82/83 e as primeiras previsões para 1984 estimam que os metros perfurados na busca de petróleo sejam reduzidos de 20% entre 1983 e 1984. Na carta de intenções recém-assinada com o FMI, novos e mais profundos cortes estão previstos para o ano próximo, o que nos permite antever

redução maior ainda na atividade de perfuração. É importante notar que, apesar de todo esse enorme esforço para aumentar o superávit na balança comercial, a dívida externa do país continuará crescendo neste ano e no ano vindouro, exigindo novos cortes de investimentos no futuro próximo. Vale dizer, as atividades de perfuração serão reduzidas mais ainda, o que provocará fatalmente uma redução da produção nacional de petróleo.

Ao reduzir os investimentos em exploração para atender objetivos de *curto* prazo, o governo e o FMI estão colocando em risco o *médio* e o *longo* prazos. Equipes técnicas estão sendo desmobilizadas, e não está sendo procurado o petróleo de que necessitaremos no futuro próximo. Nem mesmo os investimentos no desenvolvimento dos campos já encontrados estão sendo poupados pelo FMI e pelo governo na ânsia de obter a *curto* prazo substancial redução das importações. Em consequência dessa atitude míope, a meta dos 500 mil b/d em 1985 está sendo colocada em risco. A retomada dos investimentos, tão logo se consiga o saldo na balança comercial desejado pelos credores internacionais, não nos permitirá aumentar a produção a curto prazo. Tardaremos talvez 10 anos para conseguir incrementar a produção nacional de petróleo, pois a experiência mostra que a constituição de equipes técnicas é um processo longo e moroso.

É preciso não ter ilusões: o Brasil necessita de petróleo. Este está presente em toda a economia brasileira: na agricultura (diesel e fertilizantes), na indústria (óleo combustível), no transporte de mercadorias e de passageiros (diesel), nas residências (GLP), no lazer do fim de semana (gasolina), no transporte rápido e sofisticado (querosene de jato) e até na produção de tecidos, de borracha, detergentes e objetos plásticos em geral (nafta petroquímica). E o país continuará necessitando de muito petróleo para boa parte dessas atividades até o final deste século. O gráfico nos mostra que, apesar do enorme esforço de

substituição do petróleo por novas fontes de energia feito nos últimos 5 anos, a economia brasileira ainda é largamente dependente do petróleo. Mesmo com todo o esforço que venha a ser feito no futuro, o crescimento populacional e o crescimento econômico provocarão um aumento da demanda pelos derivados para os quais não temos substitutos.

É preciso ter clareza: ao cortar os investimentos em exploração/produção hoje, governo e FMI estão projetando uma balança comercial deficitária no longo prazo. Assim o *superávit* comercial de *curto* prazo está sendo conseguido através de um *déficit* no *longo* prazo; cujas consequências sociais e econômicas serão muito mais graves ainda.

O velho argumento de que o Brasil não tinha petróleo ou gás hoje já não resiste ao mais desinformado observador. A descoberta de Campos e as sucessivas descobertas na plataforma continental nos últimos anos são indicadores suficientes para mostrar que investindo, e *somente investindo*, encontraremos e extrairemos do nosso subsolo o petróleo que temos e do qual necessitamos. E, sempre é bom ressaltar, o petróleo produzido no Brasil tem custo (girando em torno de 14 dólares/barril) muito abaixo do preço (28 dólares/barril) do petróleo no mercado internacional, sendo, portanto, atividade de altíssima rentabilidade econômica.

Não é possível continuar confundindo investimento em atividades rentáveis com despesas improdutivas da burocracia do Estado. Grau tão elevado de miopia faz pensar que talvez o problema não esteja nos óculos, mas nos olhos de quem está formulando a política. Não seria chegado o momento de trocar de olhos?

Adilson de Oliveira é professor na COPPE-UFRJ.